

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

A *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* dispõe de qualificado comitê de pareceristas, a cujo crivo são submetidos os artigos enviados para publicação. A análise preliminar do texto é realizada pelas coordenadoras editoriais, sem apreciação do mérito do artigo, para verificação da adequação do trabalho à linha editorial da revista. Em seguida, os trabalhos são submetidos ao sistema de dupla revisão cega por pares, exigindo-se dois pareceres favoráveis para que sejam publicados. Caso qualquer dos pareceres recomende a publicação mediante modificações, as sugestões elaboradas serão encaminhadas ao autor para aprovação e eventual adaptação do artigo, sem identificação do parecerista. Após a aprovação final dos trabalhos pelos pareceristas, não serão admitidas alterações no texto pelo autor.

O envio de conteúdo editorial para publicação na *RBDCivil* implica aceitação dos termos e condições da CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA E TERMO DE RESPONSABILIDADE, por meio da qual o autor cede globalmente os direitos autorais do conteúdo editorial enviado exclusivamente para a *Revista Brasileira de Direito Civil* e seus sucessores ou cessionários, por todo o prazo de vigência dos direitos patrimoniais de autor, previsto na Lei Autoral brasileira, para publicação ou distribuição em meio impresso ou eletrônico, ficando a revista autorizada a incluir esse conteúdo editorial, nos meios de divulgação impressos ou digitais, *on-line*, intranet, via internet e hospedagem, isoladamente ou em conjunto com outras obras e serviços de informação eletrônica, em servidores próprios, de terceiros ou de clientes, podendo distribuí-la comercialmente e comercializá-la, por todos os meios eletrônicos existentes ou que venham a ser criados futuramente, inclusive através de armazenamento temporário ou definitivo em memória ou disco dos usuários ou clientes, em aparelhos móveis ou fixos, portáteis ou não, cabendo à *RBDCivil* determinar todas as suas características editoriais e gráficas, preço, modos de distribuição, disponibilização, visualização, acesso, *download*, venda e revenda aos distribuidores, portais de internet, banco de dados, bem como promoções, divulgação e publicidade. A *Revista Brasileira de Direito Civil* fica autorizada a proceder a modificações e correções para a adequação do texto às normas de publicação.

Para submissão dos trabalhos, os autores e coautores devem se cadastrar na plataforma SEER/OJS pelo acesso ao Portal da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* (<www.rbdcivil.ibdcivil.org.br>), clicando na opção AUTOR e seguindo as

orientações do *site*. Eventual dúvida pode ser dirimida por meio de mensagens eletrônicas ao *e-mail* do periódico (<rbdcivil@ibdcivil.org.br>).

Os trabalhos a serem submetidos à *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil* para publicação devem observar as seguintes normas:

1. Ressalvadas hipóteses excepcionais de publicação a convite, os artigos submetidos para avaliação devem ser inéditos, tanto em meio impresso quanto digital e tanto em português quanto em outros idiomas, e exclusivos, isto é, sua publicação não deve estar pendente em outro local.
2. Ressalvadas hipóteses excepcionais de publicação a convite, a titulação mínima do autor principal dos artigos a serem submetidos para avaliação será de doutor, e a titulação mínima dos coautores deve ser de mestre.
3. Os trabalhos não podem conter qualquer identificação do autor.
4. Caso o trabalho tenha recebido financiamento para seu desenvolvimento por instituição pública ou privada, o autor deve indicar o nome da instituição.
5. Os trabalhos devem ser submetidos em formato Word 97 ou superior (padrão DOC).
6. Os trabalhos para a seção de Doutrina deverão ter preferencialmente entre 15 e 35 laudas e ser redigidos em português, inglês ou qualquer idioma neolatino.
7. Todos os trabalhos enviados, independentemente da seção a que se destinem, devem observar a seguinte formatação: os parágrafos devem ser alinhados a 3 cm da margem esquerda escrita. Não devem ser usados recuos, deslocamentos nem espaçamentos antes ou depois. Não se deve utilizar o tabulador <TAB> para determinar os parágrafos: o próprio <ENTER> já determina estes, automaticamente. A fonte utilizada deve ser Times New Roman, corpo 12. Os parágrafos devem ter entrelinha 1,5; as margens são de 3 cm no lado esquerdo, 2,5 cm no lado direito e 2,5 cm nas partes superior e inferior. O tamanho do papel deve ser A4.
8. As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com a NBR 6023/89 (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT). A referência bibliográfica básica deverá conter: sobrenome do autor em letras maiúsculas; vírgula; nome do autor em letras minúsculas; ponto; título da obra em itálico; ponto; número da edição; ponto; palavra edição abreviada; ponto; local; dois pontos; editora (suprimindo-se os elementos que designam a natureza comercial desta); vírgula; ano da publicação; ponto. Exemplos: DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 10; KONDER, Carlos Nelson. Causa do contrato x função social do contrato: estudo

comparativo sobre o controle da autonomia negocial. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 43, 2010, p. 34; TEPEDINO, Gustavo. Notas sobre a função social do contrato. In: TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 150. t. III; KONDER, Carlos Nelson; RENTERIA, Pablo. A funcionalização das relações obrigacionais: interesse do credor e patrimonialidade da prestação. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luis Edson (Org.). *Diálogos sobre direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 267. v. 2.

9. A partir da segunda citação da mesma obra, pode-se grafar apenas o sobrenome do autor em letras maiúsculas; vírgula; nome do autor em letras minúsculas; ponto; título em itálico; vírgula; cit.; vírgula, e página. Exemplo: DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*, cit., p. 10.
10. Citações jurisprudenciais devem conter: tribunal, órgão julgador, natureza e número do processo, relator e data do julgamento, nesta ordem. Exemplificativamente: STJ, Xª T. REsp nº xxx.xxx. Rel. Min. Axxxx Bxxxx, j. 2.2.2000; TJRJ, Xª C.C. Ap. Cív. nº xxxxxx.x. Rel. Des. Cxxxx Dxxxx, j. 2.2.2000 (ou, alternativamente, publ. 2.2.2000).
11. As referências devem ser feitas em notas de rodapé.
12. Os artigos de Doutrina e Comentários à Jurisprudência devem ser precedidos por:
 - a) título em português (e na língua original do artigo, para os textos escritos em língua estrangeira) e em inglês. O título em português deve estar escrito sem negrito, centralizado e em letras caixa-alta. O título em inglês (e na língua original do texto) deve estar abaixo do título em português, centralizado.
 - b) resumo e palavras-chave em português e em inglês (e na língua original do artigo). Cada resumo não deve ultrapassar 10 linhas, devendo ser evitadas as abreviaturas. O resumo em língua estrangeira deve ser uma versão fiel do resumo em português, assim como as palavras-chave em língua estrangeira. Ao final de cada resumo devem constar 3 a 6 descritores ou palavras-chave para indexação, separados por ponto.
 - c) sumário em português e em inglês (e na língua original do artigo), numerado, com as divisões do texto, separada cada divisão da outra por um travessão. Exemplo: Sumário: Introdução – 1 Realidade social e ordenamento jurídico – 2 Regras jurídicas e regras sociais – 3 O jurista e as escolhas legislativas – 4 O Código Civil – 5 A Constituição – 6 A chamada descodificação – 7 Conclusão.

13. Qualquer destaque que se queira dar ao texto, sempre com parcimônia, deve ser feito com o uso do itálico. Não deve ser usado o negrito ou o sublinhado.
14. As revisões ortográfica e gramatical são inteiramente de responsabilidade do autor.
15. O autor deve indicar qualquer potencial conflito de interesse, bem como indicar todas as eventuais fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo.
16. No caso de artigos ou de ensaios com pesquisas envolvendo pessoas humanas, deverá haver a prévia aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, bem como a obediência estrita e restrita às declarações internacionais e às resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Neste caso, o autor deve informar o protocolo de aprovação, anexando o respectivo parecer.
17. O autor deve se declarar integralmente responsável pela exatidão e integridade de qualquer parte da obra.
18. Todos os direitos editoriais estão reservados ao Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil e, ante a vigência da lei de direitos autorais, deverão ser rigorosamente obedecidos. A publicação dos artigos pela *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, em formato impresso ou digital, implica a transferência gratuita dos direitos autorais à publicação.
19. Somente após publicado no *site* oficial da revista, os autores estão autorizados a reproduzir os artigos veiculados, sempre com a citação da fonte completa, inclusive se publicarem os artigos em outro periódico, o que só se admitirá depois da publicação na *RBDCivil* e correspondente citação da fonte.

AUTHOR GUIDELINES

The Brazilian Journal of Civil Law – RBDCivil has a qualified committee of reviewers, to whom are submitted the papers sent to publication. The preliminary analysis of the text is performed by the editorial coordinators, not to appreciate its merits, but only to verify the adequacy of the paper's content in relation to the journal's editorial line. Subsequently, the papers are submitted to the double-blind peer review system, which requires two favorable reviews to be published. If any of the blind reviews recommends the publication subjecting it to alterations, the respective suggestions will be sent to the author for approval and eventual modification of the paper, without identifying the reviewer. After the final approval of the papers by the reviewers, alterations in the texts by the authors will no longer be admitted.

The submission of Editorial Content to be published in RBDCivil implies acceptance of the terms and conditions of the ASSIGNMENT OF COPYRIGHTS OF ORIGINAL AUTHORAL COLABORATION AND STATEMENT OF RESPONSIBILITY, by which the author globally assigns the copyright of the Editorial Content sent exclusively to the Brazilian Journal of Civil Law and its successors or assignees, for the complete period of validity of the author's patrimonial rights, as stated by the Brazilian Copyrights Law, to the publication or distribution in print version or electronically, being authorized to include this Editorial Content by disseminating it in printed or electronic meanings, on-line, Intranet, by Internet and hosting, individually or combined with other works and electronic informational services, in owned servers or in servers belonging to third parties and clients, being able to distribute it commercially and to commercialize it, by all the existing electronic means or by those means to be created, including by temporary or definitive storage in memory or hard drives of users and clients, in mobile or fixed phones and apparels, portable or not, whilst RBDCivil shall determine all its editorial and graphic characteristics, price, distribution modes, provision, visualization, access, downloads, sale and resale to the distributors, Internet portals, databases, as well as promotions, divulgation and publicity. The Brazilian Journal of Civil Law is also authorized to perform modifications and corrections in the text to adequate it to publication standards.

The works submitted to the Brazilian Journal of Civil Law – RBDCivil must comply to the following norms:

1. Excluding exceptional situations of publications upon invitation, the papers submitted to evaluation must be original, in both printed and digital meanings, in any language, and exclusive, i.e., the publication must not be pending in any other local.
2. Excluding exceptional situations of publications upon invitation, the minimum title of the principal author of the paper submitted to evaluation is a master's degree. The RBDCivil does not accept papers written in co-authoring with graduate students.
3. The papers shall be submitted to the e-mail address rbdcivil@ibdcivil.org.br. It is allowed the utilization of any word processor, as long as the papers are saved in the format .rtf (Rich Text Format), the reading format common to all word processors.
4. The papers cannot contain any identification of the author. The papers shall be preceded by a cover sheet with the article's title (in English and in the paper's original language), author's name (or authors), address, telephone, fax, e-mail, academic status, titles, institutions which the author (or authors) is (or are) related, and the principal activity developed by them.
5. The paper's file and the cover sheet shall be separated and nominated pursuant to the article's title.
6. If the paper has received financial support to its development by a private or public institution, the author must indicate the name of the institution.
7. The papers submitted to the Doctrine session shall have, preferentially, from 15 to 35 pages, and be written in Portuguese, English, or any neo-Latin idiom.
8. The paragraphs shall be aligned in 3 cm from the left written margin. There shall not be using of backlashes, displacements, and neither spacing before or after. There shall not be using of the tabulator <TAB> to determine the paragraphs: the sole <ENTER> already determines it, automatically. The font utilized shall be Times New Roman, 12. The paragraphs shall have 1,5 of spacing between lines; the margins shall be of 3cm in the left side, 2,5cm in the right side and 2,5cm in both upper and lower margins. The paper size shall be A4.
9. The bibliographic references shall be made in accordance with NBR 6023/89 (Brazilian Association of Technical Norms – ABNT). The basic bibliographic reference shall contain: the author's surname in capital

letters; comma; author's name in lowercase letters; period; work's title in italics; period; edition number; period; abbreviation of the word edition; period; local; colon; editor (excluding the elements indicating its commercial nature); comma; publication year; comma; page; period. Example: DAVID, René. *The great systems of contemporary law*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 10. KONDER, Carlos Nelson. Cause of contract x social function of contract: comparative study on the control of private autonomy. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, vol. 43, 2010, p. 34. TEPEDINO, Gustavo. Notes on the social function of contracts. In: *Temas de direito civil*, t. III. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 150. KONDER, Carlos Nelson; RENTERIA, Pablo. The functionalization of obligational relations: the creditor's interest and the economic content of the performance. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luis Edson (Orgs.). *Diálogos sobre Direito Civil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 267.

10. As of the second citation of the same work, it is admitted to engrave only the author's surname in capital letters; comma; author's name in lowercase letters; period; work's title in italics; comma; cit.; comma; and page. Example: DAVID, René. *The great systems of contemporary law*. cit., p. 10.
11. Jurisprudential citations must contain: court, judging organ (chamber, etc.), nature and number of the case, reporting judge and judgments date, in this order. Example: STJ (court), Xª T. (chamber), Resp xxx. xxx (nature and case number), Rel. Min. Axxxx Bxxxxx (reporting judge), julg. 2.2.2000 (date of judgement); TJRJ (court), Xª C.C. (chamber), Ap. Cív. xxxxxx.x (nature and case number), Rel. Des. Cxxxx Dxxxxx (reporting judge), julg. 2.2.2000 (date of judgement or, alternatively, publ. 2.2.2000 – date of publication).
12. All the references shall be made in footnotes.
13. The papers must be preceded by a bilingual title (in English and in the paper's original language), a bilingual analytic resume that does not exceed 10 lines, the indication of key-words in English and in the original language, and by a Summary also bilingual, numerated, with the paper's divisions, separated by a dash. Example: Summary: Introduction – 1 Social reality and the legal order – 2 Rules of law and social rules – 3 The jurist and the legislative choices – 4 The Civil Code – 5 The Constitution 6 – The so called decodification – 7 Conclusion
14. Any emphasis to be given to the text, always with parsimony, must be made using italics. There shall not be use of the bold type or the underline.

15. The author is fully responsible for the orthographical and grammatical revisions.
16. The author must indicate any potential conflict of interests, as well as every eventual source of financing or any other kind of support, institutional or private, to the realization of the study.

Esta obra foi composta na fonte Frankfurt, corpo 10 e impressa em papel Offset 75g (miolo) e Supremo 250g (capa) pela Laser Plus Gráfica, em Belo Horizonte/MG.